



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (COM LICENÇA ANATEL) PARA DISPONIBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA EM LINK DE FIBRA ÓPTICA, DEDICADO (NÃO COMPARTILHADO) E FULL DUPLEX, GARANTINDO 100% DA VELOCIDADE CONTRATADA TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO PARA UPLOAD, VELOCIDADES EXIGIDAS: (1TB; 500MBPS; 300MBPS; E 200MBPS), INCLUINDO INSTALAÇÃO COMPLETA DA REDE LÓGICA INTERNA E EXTERNA (COM FORNECIMENTO DE CABOS E MATERIAIS), BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ATIVOS, INFRAESTRUTURA LÓGICA DE REDE, COM SUPORTE DE SOLUÇÃO DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SUPORTE TÉCNICO CONTINUADO, VISANDO ASSEGURAR A PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, ASSIM COMO FORTALECER AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA DA INSTITUIÇÃO.

Rio Crespo-RO, 28 de abril de 2026



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº: 426/2025

Unidades Demandantes:

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

Secretaria Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal Assistência Social

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete do Prefeito

Unidade de Contratações / Compras: Dpto. de Compras e Licitações

Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO

Tipo de contratação: Procedimento licitatório – Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Peças integrante deste Termo de Referência:

Estudo Técnico Preliminar;

Análise de Risco; e

Pesquisa de Preço.

1. OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada, devidamente regular perante a ANATEL, para disponibilização, instalação, ativação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva de serviço de conectividade corporativa por meio de link dedicado de internet em fibra óptica, full duplex, com garantia integral da banda contratada, incluindo implantação da infraestrutura lógica interna e externa, fornecimento de materiais, cabeamento estruturado, ativos de rede e equipamentos em regime de comodato, bem como implantação, configuração e suporte de solução de segurança de rede do tipo Next Generation Firewall (NGFW), suporte técnico continuado e serviços acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução, para atendimento das unidades administrativas do Município.

1.2 A solução deverá assegurar disponibilidade, desempenho, continuidade, integridade, confidencialidade e segurança da infraestrutura tecnológica municipal, inclusive com aplicação de políticas institucionais de filtragem de conteúdo web e bloqueio de páginas impróprias ao ambiente administrativo, inclusive páginas de conteúdo pornográfico, observada a proteção de dados e a vedação de monitoramento individualizado de servidores, salvo hipótese legalmente autorizada.

1.3 Natureza:

(X) Natureza Comum

| Nº | LOCAIS PÚBLICOS | UND MED | QTD | VLR UNT | VLR TOTAL |
|----|-------------------------------------------|------------|-----|------------|--------------|
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (COM | Mensal | 12 | | |





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



| | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|---------------|----------------|
| LICENÇA ANATEL) PARA DISPONIBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA EM LINK DE FIBRA ÓPTICA, DEDICADO (NÃO COMPARTILHADO) E FULL DUPLEX, GARANTINDO 100% DA VELOCIDADE CONTRATADA TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO PARA UPLOAD, VELOCIDADES EXIGIDAS: (1TB; 500MBPS; 300MBPS; E 200MBPS), INCLUINDO INSTALAÇÃO COMPLETA DA REDE LÓGICA INTERNA E EXTERNA (COM FORNECIMENTO DE CABOS E MATERIAIS), BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ATIVOS, INFRAESTRUTURA LÓGICA DE REDE, COM SUPORTE DE SOLUÇÃO DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SUPORTE TÉCNICO CONTINUADO, VISANDO ASSEGURAR A PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, ASSIM COMO FORTALECER AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA DA INSTITUIÇÃO. | | | | R\$ 29.000,00 | R\$ 348.000,00 |
| COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none">➤ SEDE PREFEITURA MUNICIPAL - SALAS: SEC. DE FINANÇAS; TRIBUTOS, SEC. GESTÃO E PLANEJAMENTO; GABINETE; ASSISTÊNCIA SOCIAL; SEC. AGRICULTURA; SEC. DE CULTURA, ESPORTE E LAZER; CONTROLADORIA GERAL; PROCURADORIA JURÍDICA E OUVIDORIA. 1GB;➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SEC. URBANISMO E MEIO AMBIENTE 500MB;➤ SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 500MB➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 500MB➤ ESCOLA MUNICIPAL VANEIDE DE OLIVEIRA 500GB➤ ESCOLA DE INFANTIL CARROSSEL DOURADO 500GB➤ SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 500MB➤ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 500MB➤ HOSPITAL DE PEQUENO PORTE 500MB➤ CENTRO DE FISIOTERAPIA 300MB➤ ALMOXARIFADO - SAÚDE 200MB➤ FEIRA MUNICIPAL – 500 MB➤ CONSELHO TUTELAR 200MB | | | | | |

1.3 O objeto desta contratação **não se enquadra** como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 14, de 02 de fevereiro de 2024.

1.4 O objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

2 VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. O período de vigência do contrato é pelo prazo de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato da ata no Portal Nacional (PNCP), podendo ser prorrogado de acordo com o art. 84 ou art. 107 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



3 DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.1. Execução dos Serviços

3.1.1. A realização dos serviços de instalação e interligação do meio de acesso e configurações de equipamentos instalados na Contratante deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, entre as 07:00h às 17:00h, podendo ser realizadas fora desse horário, incluindo finais de semana e feriados, se necessário.

3.1.2. Todos os serviços necessários para instalação e configuração da infraestrutura deverão ser executados sem custo adicional para a contratante.

3.1.3. A contratante somente arcará com os custos da prestação dos serviços de comunicação de dados, ou seja, fornecimento de acesso à intranet e à internet.

3.1.4. A contratada arcará com todas as despesas de implantação dos pontos de intranet e internet por fibra óptica, além dos equipamentos necessários à implantação do circuito.

3.1.5. Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos e agências reguladoras do Governo Federal.

4 DA GARANTIA:

4.1. Os itens, objeto deste Processo, deverão ser fornecidos conforme as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT e INMETRO atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.1.1. A contratação deve observar as características e descrições do objeto, bem como em cumprimento as legislações vigentes, no âmbito municipal, estadual e federal, devendo ser de qualidade, produtos de 1º linha, seguindo critérios de controle de produção.

4.1.2. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações contidas neste termo deverão ser substituídos.

4.1.3. Uma vez notificada, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 12 horas, contados a partir da data de retirada dos bens ou serviços das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A fundamentação da contratação prevê a implementação de estruturas individuais para cada prédio público municipal, garantindo comunicação eficiente e segura entre os órgãos, levando-se em consideração alguns pontos importantes abaixo:

5.1.1. Velocidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica oferece velocidades muito mais rápidas do que outros tipos de conexão à internet, como a conexão via cabo ou DSL. Isso significa que a secretaria pode transmitir e receber informações de forma mais rápida e eficiente, o que pode ser especialmente importante em situações de emergência;

5.1.2. Confiabilidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica é muito mais confiável do que outros tipos de conexão a internet. Isso se deve em parte ao fato de que a fibra óptica é menos suscetível a interferências externas, como o clima ou a proximidade de outras linhas de comunicação. Isso significa que a secretaria pode contar com uma conexão à internet confiável e consistente, o que é crucial para manter a continuidade dos serviços prestados;

5.1.3. Capacidade: A internet banda larga por meio de fibra óptica tem uma capacidade muito maior do que outros tipos de conexão a internet. Isso significa que a secretaria pode enviar e receber grandes quantidades de dados com muito mais facilidade e rapidez. Por fim pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais

5.2. Logo, a contratação de empresa especializada para instalação e configuração de serviços de internet via fibra óptica, incluindo cabeamento estruturado e fornecimento de equipamentos em regime de comodato é a alternativa mais viável para a Administração Pública.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A proximidade do final da vigência do contrato para fornecimento de serviços de acesso à Internet, associada a necessidade de aumento das capacidades de alguns acessos é inclusão de setores novos como: Balneário Municipal, Biblioteca (Contrapartida), Instituto Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais, Viveiro é escola rural. Tudo contribuiu para que sejam consideradas, na nova licitação, ofertas de serviços mais robustos de acesso à Internet em vários pontos do serviço público.

6.2. A solução que melhor atende à necessidade bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e garantia do serviço a ser prestado neste cenário apresentado é a abertura de processo licitatório de Contratação de empresa especializada para instalação e configuração de serviços de internet via fibra óptica, incluindo cabeamento estruturado e fornecimento de equipamentos em regime de comodato. A solução prevê a implementação de estruturas individuais para cada prédio público municipal, garantindo comunicação eficiente e segura entre os órgãos. O ponto principal da rede será localizado no prédio da administração, e a conexão com os demais atendimentos do município será realizada por meio de estrutura ponto a ponto, eliminando a necessidade de comunicação via VPN. Além disso, será realizada a instalação e gestão da rede interna de cada ponto, garantindo segurança, controle de acesso e filtragem de conteúdo inapropriado.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Gestão e responsabilidades

7.1.1 Além da entrega do serviço de internet, a contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, nos limites definidos neste Termo de Referência, no contrato e nas orientações técnicas da Administração.

7.1.2 A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, perfis de usuários, categorias de bloqueio e diretrizes de tratamento de dados caberá à Administração, por meio do setor competente.

7.1.3 A contratada deverá disponibilizar solução de segurança apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.

7.1.4 A filtragem de conteúdo deverá ocorrer por categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e políticas definidas pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, no uso adequado da rede e na segurança da informação.





7.1.5 É vedado à contratada utilizar a solução contratada para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela Administração competente.

7.2 Relatórios mensais

7.2.1 A contratada deverá apresentar relatórios mensais exclusivamente técnicos e gerenciais, contendo, no mínimo:

7.2.2 disponibilidade do serviço por unidade;

- Tempo de indisponibilidade;
- Tempo de resposta e tempo de solução dos chamados;
- Incidentes técnicos relevantes;
- Status dos equipamentos em comodato;
- Manutenção preventiva e corretiva executada;
- Eventos de segurança da infraestrutura, quando houver;
- Testes de redundância, quando aplicáveis;
- Consumo e utilização de banda em nível agregado por unidade administrativa.

7.3 Os relatórios deverão ser apresentados de forma agregada e institucional, vedada a identificação nominal de servidor, usuário ou terceiro, bem como vedada a exposição de histórico individual de navegação, conteúdo acessado, perfil comportamental ou qualquer dado que extrapole a finalidade de gestão contratual, segurança da infraestrutura e fiscalização do ajuste.

7.3.1 Viabilidade técnica

7.3.2 Realização de vistoria técnica prévia ou site survey para avaliação da infraestrutura existente, definição das condições de implantação, dimensionamento dos materiais, topologia da rede, rotas de cabeamento, pontos de instalação e condições técnicas necessárias à execução do objeto.

7.4 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

7.4.1 Segurança da informação e proteção de dados

7.4.2 A solução de segurança de rede deverá ser implementada com foco na proteção da infraestrutura institucional, prevenção de incidentes cibernéticos, filtragem de ameaças, controle técnico de acesso, segmentação lógica da rede, preservação da disponibilidade dos serviços públicos e proteção dos dados institucionais.

7.4.3 As funcionalidades de firewall, prevenção de intrusão, filtragem de aplicações, filtragem de conteúdo web e geração de logs deverão ser utilizadas para fins de:

- Segurança da rede;
- Proteção dos ativos tecnológicos;
- Identificação de falhas;
- Prevenção de acessos indevidos;
- Resposta a incidentes;
- Continuidade da prestação do serviço público;
- Aplicação de políticas institucionais de bloqueio de conteúdo impróprio, inclusive páginas pornográficas e jogos.





7.4.4 É vedada a utilização da solução para fins de espionagem, devassa de comunicações privadas, monitoramento pessoal de servidor, perfilização comportamental ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de navegação, salvo hipótese legalmente autorizada e devidamente motivada.

7.4.5 Os logs e trilhas técnicas eventualmente gerados deverão obedecer aos princípios da necessidade, finalidade, minimização, segurança, acesso restrito e retenção pelo prazo estritamente necessário à execução contratual e à resposta a incidentes de segurança.

7.5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.5.1 O monitoramento da solução será restrito à verificação de disponibilidade, desempenho, falhas, eventos de segurança, integridade da infraestrutura, status dos ativos, capacidade, utilização agregada de banda, redundância e demais parâmetros técnicos indispensáveis à execução contratual.

7.5.2 Não integra o objeto:

- Monitoramento pessoal de servidor;
- Inspeção do conteúdo de mensagens;
- Rastreamento individualizado de navegação;
- Geração de relatórios de produtividade pessoal;
- Criação de histórico nominativo de acesso à internet;
- Emissão de relatórios de espionagem ou vigilância individual.

7.5.3 Integra o objeto, por outro lado, a implementação de política de filtragem web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o ambiente institucional, conforme diretrizes da Administração.

7.6 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.6.1 Proteção e Segurança de Dados

7.6.2 Implementação de firewall corporativo e/ou NGFW para controle técnico de acesso, proteção contra ameaças cibernéticas, prevenção de intrusões, aplicação de políticas de segurança, segmentação da rede e filtragem de conteúdo web.

7.6.3 A solução deverá permitir a aplicação de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive páginas pornográficas, exploração sexual, malware, phishing e conteúdos incompatíveis com a finalidade institucional da rede pública municipal.

7.6.4 O bloqueio deverá ser realizado com base em categorias, reputação, assinaturas e políticas institucionais definidas pela Administração, vedado o uso da solução para monitoramento pessoal, vigilância individualizada ou emissão de relatórios nominativos de navegação.

7.6.5 Poderão ser realizados testes, verificações técnicas periódicas da infraestrutura e análise de vulnerabilidades da solução implantada, restritos aos ativos, enlaces, configurações, eventos de segurança e demais elementos técnicos da rede contratada.





7.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.7.1 A contratada obriga-se a:

- I – executar o objeto exclusivamente nos limites técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no contrato;
- II – manter sigilo e confidencialidade sobre dados, configurações, credenciais, logs técnicos e informações institucionais a que tiver acesso;
- III – restringir o acesso às informações técnicas apenas aos profissionais estritamente necessários à execução contratual;
- IV – implementar e manter políticas de filtragem de conteúdo por categoria, inclusive de bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o interesse público e com a finalidade institucional da rede, conforme diretrizes definidas pela Administração;
- V – não coletar, tratar, copiar, compartilhar ou divulgar dados pessoais, conteúdo de comunicações ou registros individualizados de navegação, salvo necessidade técnica estrita e hipótese legalmente autorizada;
- VI – não emitir relatórios de espionagem, vigilância pessoal, perfil comportamental ou rastreamento individual de usuários;
- VII – comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança, vazamento, acesso indevido ou evento relevante relacionado à infraestrutura contratada;
- VIII – manter registros técnicos mínimos necessários à segurança da rede, à resposta a incidentes e à comprovação da execução contratual;
- IX – entregar, ao final da contratação, inventário dos ativos, topologia da solução, documentação técnica e elementos necessários à continuidade do serviço.

7.8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

7.8.1 Gestão e responsabilidades

- a) Além da entrega do serviço de internet, a contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, nos limites definidos neste Termo de Referência, no contrato e nas orientações técnicas da Administração.
- b) A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, perfis de usuários, categorias de bloqueio e diretrizes de tratamento de dados caberá à Administração, por meio do setor competente.
- c) A contratada deverá disponibilizar solução de segurança apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.
- d) A filtragem de conteúdo deverá ocorrer por categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e políticas definidas pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, no uso adequado da rede e na segurança da informação.
- e) É vedado à contratada utilizar a solução contratada para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela Administração competente.

7.8.2 Viabilidade técnica





f) Realização de vistoria técnica prévia ou site survey para avaliação da infraestrutura existente, definição das condições de implantação, dimensionamento dos materiais, topologia da rede, rotas de cabeamento, pontos de instalação e condições técnicas necessárias à execução do objeto.

7.9 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

7.9.1 Segurança da informação e proteção de dados

g) A solução de segurança de rede deverá ser implementada com foco na proteção da infraestrutura institucional, prevenção de incidentes cibernéticos, filtragem de ameaças, controle técnico de acesso, segmentação lógica da rede, preservação da disponibilidade dos serviços públicos e proteção dos dados institucionais.

h) As funcionalidades de firewall, prevenção de intrusão, filtragem de aplicações, filtragem de conteúdo web e geração de logs deverão ser utilizadas para fins de:

- Segurança da rede;
- Proteção dos ativos tecnológicos;
- Identificação de falhas;
- Prevenção de acessos indevidos;
- Resposta a incidentes;
- Continuidade da prestação do serviço público;
- Aplicação de políticas institucionais de bloqueio de conteúdo impróprio, inclusive páginas pornográficas.

i) É vedada a utilização da solução para fins de espionagem, devassa de comunicações privadas, monitoramento pessoal de servidor, perfilização comportamental ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de navegação, salvo hipótese legalmente autorizada e devidamente motivada.

j) Os logs e trilhas técnicas eventualmente gerados deverão obedecer aos princípios da necessidade, finalidade, minimização, segurança, acesso restrito e retenção pelo prazo estritamente necessário à execução contratual e à resposta a incidentes de segurança.

7.9.2 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

k) **Acrescente este trecho após o SLA:**

l) O monitoramento da solução será restrito à verificação de disponibilidade, desempenho, falhas, eventos de segurança, integridade da infraestrutura, status dos ativos, capacidade, utilização agregada de banda, redundância e demais parâmetros técnicos indispensáveis à execução contratual.

m) Não integra o objeto:

- Monitoramento pessoal de servidor;
- Inspeção do conteúdo de mensagens;
- Rastreamento individualizado de navegação;
- Geração de relatórios de produtividade pessoal;
- Criação de histórico nominativo de acesso à internet;
- Emissão de relatórios de espionagem ou vigilância individual.

n) Integra o objeto, por outro lado, a implementação de política de filtragem web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o ambiente institucional, conforme diretrizes da Administração.

7.9.3 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.9.4 Proteção e Segurança de Dados

o) Implementação de firewall corporativo e/ou NGFW para controle técnico de acesso, proteção





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



contra ameaças cibernéticas, prevenção de intrusões, aplicação de políticas de segurança, segmentação da rede e filtragem de conteúdo web.

p) A solução deverá permitir a aplicação de bloqueio por categoria de conteúdo, inclusive páginas pornográficas, exploração sexual, malware, phishing e conteúdos incompatíveis com a finalidade institucional da rede pública municipal.

q) O bloqueio deverá ser realizado com base em categorias, reputação, assinaturas e políticas institucionais definidas pela Administração, vedado o uso da solução para monitoramento pessoal, vigilância individualizada ou emissão de relatórios nominativos de navegação.

r) Poderão ser realizados testes, verificações técnicas periódicas da infraestrutura e análise de vulnerabilidades da solução implantada, restritos aos ativos, enlaces, configurações, eventos de segurança e demais elementos técnicos da rede contratada.

7.9.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.9.6 A contratada obriga-se a:

I – executar o objeto exclusivamente nos limites técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no contrato;

II – manter sigilo e confidencialidade sobre dados, configurações, credenciais, logs técnicos e informações institucionais a que tiver acesso;

III – restringir o acesso às informações técnicas apenas aos profissionais estritamente necessários à execução contratual;

IV – implementar e manter políticas de filtragem de conteúdo por categoria, inclusive de bloqueio de páginas pornográficas e demais conteúdos incompatíveis com o interesse público e com a finalidade institucional da rede, conforme diretrizes definidas pela Administração;

V – não coletar, tratar, copiar, compartilhar ou divulgar dados pessoais, conteúdo de comunicações ou registros individualizados de navegação, salvo necessidade técnica estrita e hipótese legalmente autorizada;

VI – não emitir relatórios de espionagem, vigilância pessoal, perfil comportamental ou rastreamento individual de usuários;

VII – comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança, vazamento, acesso indevido ou evento relevante relacionado à infraestrutura contratada;

VIII – manter registros técnicos mínimos necessários à segurança da rede, à resposta a incidentes e à comprovação da execução contratual;

IX – entregar, ao final da contratação, inventário dos ativos, topologia da solução, documentação técnica e elementos necessários à continuidade do serviço.

7.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.10.1 Compete ao CONTRATANTE:

- Definir formalmente as políticas institucionais de segurança, acesso e filtragem de conteúdo;
- Indicar gestor e fiscais do contrato;
- Vedar solicitações informais de monitoramento pessoal de servidores;
- Autorizar formalmente, quando cabível, qualquer tratamento extraordinário de logs e eventos técnicos;
- Acompanhar a aderência da solução à proteção de dados e à finalidade pública da contratação.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão contratual observará integralmente a matriz de riscos do processo, especialmente





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



quanto aos riscos de indisponibilidade do serviço, falha de redundância, falhas de suporte técnico, incidentes de segurança da informação, conflito de responsabilidades, dependência excessiva do fornecedor, fiscalização insuficiente e inadequado tratamento de logs, relatórios e dados da rede.

8.1 A fiscalização técnica deverá verificar, no mínimo:

- Cumprimento do SLA;
- Disponibilidade por unidade;
- Testes de redundância;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Funcionamento do NGFW;
- Incidentes de segurança da infraestrutura;
- Conformidade dos relatórios técnicos;
- Observância da vedação a monitoramento individualizado;
- Correta aplicação da política de bloqueio de páginas impróprias, inclusive conteúdo pornográfico e jogos.

8.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Caberá à contratada a entrega dos circuitos de dados e a ativação dos serviços de interligação intranet LAN e o tronco de acesso à internet na sede da prefeitura, cabendo à contratante o gerenciamento e distribuição interna destes serviços.

8.2.1 Entrega e infraestrutura:

O serviço será entregue exclusivamente por fibra óptica, garantindo alta performance e confiabilidade.

A infraestrutura interna incluirá cabeamento estruturado, adequação da rede local (LAN) e distribuição da conectividade para os departamentos indicados, conforme orientações da Prefeitura.

8.2.2 A interligação entre todos os pontos de atendimento, sem exceção, incluindo os atendimentos rurais, será realizada por meio de enlaces dedicados ponto a ponto, partindo da sede da administração municipal. Essa estrutura eliminará a necessidade de comunicação via VPN, garantindo maior segurança, baixa latência e alta disponibilidade.

8.2.3 Equipamentos e padrões técnicos:

A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, os equipamentos necessários, incluindo switches, cabos, roteadores, access points e nobreaks, conforme a necessidade de cada local, garantindo o pleno funcionamento da infraestrutura de rede e a adequada distribuição do sinal, em conformidade com os padrões técnicos definidos pela Prefeitura.

A contratada será responsável pela instalação, configuração e pleno funcionamento da rede.

8.2.4 Gestão e responsabilidades

8.2.4.1 A contratada será responsável pela implantação, configuração, manutenção, atualização e suporte técnico da infraestrutura de conectividade e segurança contratada, incluindo os enlaces, ativos de rede, equipamentos em comodato, solução NGFW, filtragem por categoria de conteúdo e demais componentes técnicos necessários ao pleno funcionamento da solução.

- A definição das políticas institucionais de uso da rede, segurança, controle de acesso, categorias de bloqueio, perfis de acesso e diretrizes de tratamento de dados caberá exclusivamente





à Administração, por meio do setor competente.

- A contratada deverá disponibilizar solução técnica apta a permitir a aplicação de políticas institucionais de filtragem e bloqueio de conteúdo web por categoria, inclusive para bloqueio de páginas pornográficas, exploração sexual, phishing, malware, páginas maliciosas e demais conteúdos incompatíveis com a finalidade pública e com a segurança da rede.
- A filtragem deverá ocorrer com base em categorias, reputação de domínio, assinaturas de segurança, listas de ameaças e parâmetros definidos formalmente pela Administração, com foco na proteção da infraestrutura, na segurança da informação, na continuidade do serviço público e no uso adequado da rede institucional.
- É vedado à contratada utilizar a solução para fins de espionagem, vigilância pessoal, monitoramento comportamental, rastreamento individualizado de navegação, leitura de conteúdo de mensagens, coleta indevida de credenciais ou emissão de relatórios individualizados sobre hábitos de uso de internet por servidor, salvo hipótese legalmente autorizada e formalmente motivada pela autoridade competente.

8.3 DA VISTORIA TÉCNICA:

Considerando que o objeto compreende a disponibilização, instalação e manutenção de serviço de internet banda larga em link de fibra óptica, com implantação de infraestrutura lógica interna e externa, lançamento de cabos, instalação de equipamentos, fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos em regime de comodato, a licitante poderá realizar **vistoria técnica prévia** nos locais de execução, com a finalidade de conhecer integralmente as condições físicas, operacionais e estruturais existentes.

A vistoria técnica tem por objetivo propiciar à licitante o pleno conhecimento dos pontos onde serão instalados os links, os equipamentos, os cabeamentos e os demais componentes da solução, incluindo:

- Características físicas dos imóveis;
- Condições de acesso;
- Distâncias aproximadas para lançamento de cabos;
- Necessidade de passagem de fibra, cabos de rede, eletrodutos, canaletas, suportes e demais insumos;
- Condições da infraestrutura elétrica e lógica existente;
- Particularidades técnicas de cada setor/unidade que possam impactar a instalação e a execução dos serviços.

A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Administração, em dia e horário definidos pelo setor competente.

Após a realização da vistoria, a licitante poderá apresentar **Declaração de Vistoria**, firmada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando que visitou os locais e que possui pleno conhecimento das condições para execução do objeto.

8.2.4 Caso a licitante **opte por não realizar a vistoria técnica**, deverá apresentar **Declaração Formal de Renúncia à Vistoria**, afirmando expressamente que:

- I – possui ciência da natureza e da complexidade dos serviços a serem executados;
- II – assume total responsabilidade pela elaboração de sua proposta sem a realização da vistoria;
- III – assume integral responsabilidade por eventuais ônus decorrentes da ausência de vistoria;
- IV – não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento das condições locais, da infraestrutura existente, das distâncias, dos pontos de instalação, dos materiais necessários ou de quaisquer





peculiaridades relacionadas ao objeto para eximir-se de suas obrigações contratuais;
V – não poderá pleitear acréscimo de valores, reequilíbrio indevido, alteração contratual injustificada ou prorrogação de prazo com fundamento exclusivo na não realização da vistoria.

A não realização da vistoria, quando facultativa, não afasta a obrigação da contratada de executar integralmente o objeto, nos termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.3 DA PROPOSTA DO FORNECEDOR:

A proposta comercial deverá ser apresentada de forma clara, completa e detalhada, contemplando **planilha de composição de custos e formação de preços**, em conformidade com o objeto licitado, de modo a permitir a análise da exequibilidade, da compatibilidade dos preços ofertados e da adequada composição do valor global da contratação.

A proposta deverá contemplar, obrigatoriamente, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à instalação, implantação, fornecimento de materiais, cabeamento, equipamentos em comodato, deslocamento, mão de obra, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, ferramentas, testes, configurações e demais despesas diretas e indiretas. A pesquisa de preços do processo já orienta que os valores informados devem englobar todos esses custos.

A licitante deverá apresentar a proposta acompanhada de **planilha detalhada**, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, correspondente ao preço total ofertado para a execução integral do objeto;

II – VALORES POR SETOR/UNIDADE, com discriminação individualizada dos locais de instalação e prestação dos serviços, contendo, no mínimo:

- Identificação do setor/unidade;
- Velocidade do link a ser disponibilizado;
- Valor mensal por unidade;
- Valor total por unidade, considerado o período contratual, quando aplicável.

III – CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO, segregados dos custos mensais da prestação continuada, compreendendo, quando houver:

- Instalação inicial;
- Ativação dos links;
- Configuração da rede;
- Testes e validações;
- Adequações técnicas necessárias ao funcionamento da solução.

IV – CUSTOS DE FORNECIMENTO DE CABOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO, com discriminação dos materiais que compõem a solução, tais como:

- Cabos de rede;
- Cabos de fibra óptica;
- Conectores;
- Tomadas, espelhos, caixas e organizadores;
- Patch cords;
- Patch panels;
- Racks;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



- Canaletas, eletrodutos, suportes e insumos correlatos;
- Demais materiais indispensáveis à implantação da infraestrutura.

V – EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO, com indicação individualizada, no mínimo, de:

- Descrição do equipamento;
- Marca e modelo, quando aplicável;
- Quantitativo;
- Setor/unidade de instalação;
- Finalidade de uso na solução;
- Informação expressa de que o fornecimento ocorrerá em regime de comodato, sem transferência de propriedade à Administração.

VI – CUSTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONITORAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS ACESSÓRIOS, quando integrantes da composição do preço ofertado.

A planilha deverá guardar compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento de infraestrutura de rede, cabeamento estruturado, instalação completa, manutenção e disponibilização de equipamentos em comodato. O TR e a pesquisa de preços já descrevem expressamente esses componentes como integrantes da solução contratada.

A ausência de detalhamento mínimo da composição de custos, a omissão de valores relevantes para execução do objeto ou a apresentação de planilha incompatível com as exigências deste Termo de Referência poderá ensejar diligência, desclassificação da proposta ou adoção das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação aplicável.

8.3.1 DO REGIME DE COMODATO DOS EQUIPAMENTOS

I – Os equipamentos necessários à execução do objeto serão fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato, permanecendo sob sua propriedade durante toda a vigência contratual.

II – O comodato será regido pelas disposições do Código Civil (arts. 579 a 585), pela Lei nº 14.133/2021 e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência e em instrumento contratual específico.

III – Será obrigatória a formalização de **instrumento contratual apartado de comodato**, vinculado ao contrato principal, contendo:

- a) relação detalhada dos equipamentos;
- b) estado de entrega;
- c) local de instalação;
- d) responsabilidades das partes;
- e) regras de substituição, manutenção e devolução.

8.3.2 DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO

I – Compete exclusivamente à CONTRATADA:

- a) realizar manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos;
- b) substituir, no prazo máximo definido em SLA, qualquer equipamento que apresente falha, defeito ou obsolescência;
- c) garantir pleno funcionamento da infraestrutura, sem ônus adicional à Administração;





d) disponibilizar equipamentos reserva para contingência.

II – A CONTRATANTE será responsável exclusivamente pelo uso adequado dos equipamentos, não podendo:

- a) realizar intervenções técnicas sem autorização;
- b) remover ou alterar a configuração dos ativos.

III – Eventuais danos decorrentes de mau uso devidamente comprovado poderão ser objeto de apuração de responsabilidade.

8.3.3 DOS EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DO COMODATO

Integram o regime de comodato, no mínimo:

- I – Roteadores corporativos com portas Gigabit e/ou SFP;
- II – Switches gerenciáveis e não gerenciáveis;
- III – Módulos ópticos (SFP/SFP+);
- IV – Conversores de mídia óptica;
- V – Access Points Wi-Fi;
- VI – Equipamentos de segurança (NGFW, quando aplicável);
- VII – Nobreaks e dispositivos de proteção elétrica;
- VIII – Racks, patch panels e organizadores;
- IX – Cabos de fibra óptica (multimodo e/ou monomodo);
- X – Cabos metálicos (UTP/STP);
- XI – Conectores, cordões ópticos (patch cords) e demais insumos.

Parágrafo único: A relação detalhada, quantitativos e localização constarão no instrumento de comodato.

8.3.4 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL DE COMODATO

I – O fornecimento dos equipamentos será formalizado por meio de contrato de comodato específico, vinculado ao contrato administrativo principal.

II – O contrato de comodato deverá prever, obrigatoriamente:

- a) vigência vinculada ao contrato principal;
- b) obrigação de manutenção integral pela contratada;
- c) substituição imediata em caso de falha;
- d) vedação de cobrança adicional;
- e) obrigação de retirada ao término contratual;
- f) responsabilidade integral da contratada pelos equipamentos.

III – A rescisão do contrato principal implicará na automática extinção do comodato.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1 Execução dos Serviços

9.1.1 A realização dos serviços de instalação e interligação do meio de acesso e configurações de equipamentos instalados na Contratante deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, entre as 07:00h às 17:00h, podendo ser realizadas fora desse horário, incluindo finais de semana e feriados, se necessário.

9.1.2 Todos os serviços necessários para instalação e configuração da infraestrutura deverão ser executados sem custo adicional para a contratante.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”

9.1.3 A contratante somente arcará com os custos da prestação dos serviços de comunicação de dados, ou seja, fornecimento de acesso à intranet e à internet.

9.1.4 A contratada arcará com todas as despesas de implantação dos pontos de intranet e internet por fibra óptica, além dos equipamentos necessários à implantação do circuito.

9.1.5 Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos e agências reguladoras do Governo Federal.

9.2 Acordo de níveis de Serviço

9.2.1 O serviço deverá ser prestado 24x7, salvo interrupções programadas autorizadas.

9.2.2 Toda comunicação entre os prédios será realizada exclusivamente por enlaces dedicados ponto a ponto, eliminando o uso de VPNs e garantindo segurança e criptografia dos dados através de infraestrutura própria.

9.2.3 A contratada será responsável por fornecer infraestrutura de conectividade para todos os eventos realizados pela Prefeitura Municipal, assegurando a disponibilidade de acesso à internet por meio de conexões cabeadas e Wi-Fi.

9.2.4 A prestação desse serviço deverá atender aos requisitos técnicos e operacionais demandados para cada evento, incluindo:

9.2.4.1 Dimensionamento de banda e infraestrutura conforme a capacidade esperada de usuários e aplicações críticas.

9.2.4.2 Configuração e gestão de redes Wi-Fi com segmentação para diferentes perfis de acesso (público, administrativo e operacional).

9.2.4.3 Monitoramento contínuo da conectividade para mitigação de falhas e garantia de desempenho adequado.

9.2.4.4 Segurança da informação com implementação de protocolos de autenticação e criptografia, prevenindo acessos não autorizados e vazamento de dados.

9.2.5 O suporte técnico deverá estar disponível durante todo o período do evento, garantindo a operacionalidade da rede e a resolução de incidentes em tempo hábil.

| Prioridade | Tempo de Resposta | Tempo de Solução |
|------------------------------|-------------------|------------------|
| Crítica (Serviço inoperante) | 15 minutos | 2 horas |
| Alta (Degradação severa) | 30 minutos | 4 horas |
| Média (Impacto parcial) | 1 hora | 8 horas |
| Baixa (Solicitações gerais) | 4 horas | 24 horas |

9.2.6 O descumprimento do período estabelecido de "atendimento e solução dos problemas" está sujeito a sanções e multas, a critério da Contratante.

9.2.7 A prestação de assistência técnica nas dependências da Contratante deverá ser realizada exclusivamente por técnicos devidamente identificados e credenciados pela Contratada.

9.2.8 A Contratante poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação formal de vínculo empregatício do técnico designado para o atendimento, garantindo que o mesmo integre o quadro funcional da Contratada.

9.2.9 A assistência técnica será disponibilizada em dias úteis, no período das 07:00h às 17:00h. Em casos de falha total dos serviços, caracterizada por indisponibilidade crítica dos circuitos contratados, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independentemente do horário, desde que previamente autorizado pela Contratante e acompanhado por técnico responsável da Contratada.





9.2.10 Na hipótese de restrição de acesso às instalações da Contratante para a realização da assistência técnica, a contagem do tempo de indisponibilidade será suspensa, após consulta e anuência da fiscalização competente.

9.2.11 A contagem será retomada no momento em que for concedido o acesso ao técnico da Contratada para execução dos procedimentos necessários à restauração do serviço

10 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Infraestrutura de Rede Interna

9.1.1. Projeto e implementação de cabeamento estruturado em fibra óptica conforme normas vigentes (ABNT NBR 14565, ISO/IEC 11801 e ITU-T);

9.1.2. Instalação de pontos de terminação óptica (PTO) individualizados para cada prédio público municipal;

9.1.3. Implementação e gestão da rede interna, incluindo controle de acessos e filtragem de conteúdos inapropriados, garantindo um ambiente seguro para uso dos serviços digitais.

9.2. Pontos de Conexão com Internet Dedicada;

9.2.1. Instalação de links dedicados de fibra óptica em cada localidade, garantindo disponibilidade mínima de 99,5%;

9.2.2. Configuração de planos escaláveis conforme a demanda de cada unidade.

9.3. Estruturas Individuais e Conectividade Ponto a Ponto;

9.3.1. O prédio da administração será o ponto principal da rede;

9.3.2. Cada prédio contará com uma infraestrutura de conexão individualizada;

9.3.3. A comunicação entre as unidades ocorrerá por meio de conexões ponto a ponto, garantindo eficiência e redução de latência, sem a necessidade de VPN.

9.4. Equipamentos em Regime de Comodato;

9.4.1. Fornecimento, instalação e configuração de switches gerenciáveis, roteadores, conversores ópticos e dispositivos de proteção elétrica, como nobreaks, de acordo com a demanda específica de cada ponto, garantindo a estabilidade, segurança e eficiência da infraestrutura de rede.;

9.4.2. Suporte técnico integral, com substituição de equipamentos defeituosos durante a vigência do contrato.

9.5. Certificação e Testes de Rede ;

9.5.1. Certificação da infraestrutura óptica utilizando OTDR, Power Meter e outros equipamentos homologados;

9.5.2. Testes para garantir funcionalidade plena, com relatórios detalhados de todas as rotas principais e secundárias;

9.5.3. Conformidade com padrões internacionais (TIA/EIA-568, TIA/EIA-569) e boas práticas do setor.

9.6. Fornecimento de Internet;

9.6.1. Entrega de link de internet dedicado via fibra óptica para cada ponto de conexão;

9.6.2. Suporte a IP fixo para gerenciamento e configuração de serviços locais;

9.6.3. Configuração de banda mínima contratada conforme requisitos operacionais de cada unidade.

9.7. Proteção e Segurança de Dados;

9.7.1. Implementação de firewall para controle de acesso e proteção contra ameaças cibernéticas;

9.7.2. Gerenciamento da rede interna para controle de acesso de usuários e bloqueio de conteúdos inapropriados;

9.7.3. Monitoramento contínuo da infraestrutura, garantindo segurança e conformidade com as melhores práticas de TI;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



9.7.4. Implementação de firewalls de próxima geração (NGFW), sistemas de prevenção contra intrusões (IPS) e controle de acesso à rede (NAC);

9.7.5. Utilização de políticas de segurança da informação baseadas nas normas ISO/IEC 27001 e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), assegurando confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;

9.7.6. Realização de auditorias regulares de segurança e análise de vulnerabilidades para identificar e corrigir potenciais riscos à rede.

9.8. Manutenção e Suporte Técnico

9.8.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura de rede e dos equipamentos fornecidos, garantindo tempos de resposta e solução conforme SLA previamente definido;

9.8.2. Monitoramento ativo da rede 24x7, com notificações automáticas em caso de falhas e equipes de suporte técnico de prontidão para atendimento.

9.9. Normas e Conformidade Regulatória

9.9.1. Atendimento às regulamentações da ANATEL e às normas técnicas aplicáveis ao setor de telecomunicações, prezando pela qualidade, segurança e continuidade do serviço.

9.9.2. Conformidade com a LGPD, garantindo a proteção dos dados pessoais armazenados e transmitidos pela rede pública municipal.

9.10. Impacto e Benefícios

9.10.1. Este projeto modernizará a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do município, promovendo maior eficiência operacional, conectividade de alta qualidade, segurança da informação e continuidade garantida dos serviços com links redundantes.

9.11. Especificações complementares dos locais Públicos do item 10 ao 10.13 conforme abaixo:

10. SEDE PREFEITURA MUNICIPAL

Salas/Setores atendidos: Secretaria de Finanças; Tributação; Secretaria de Gestão e Planejamento; Gabinete; Assistência Social; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Cultura, Auditório, Esporte e Lazer; Controladoria Geral; Procuradoria Jurídica e Ouvidoria.
Link dedicado: 1 GB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Switch com 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
2. **Switch com portas SFP/SFP+ para distribuição óptica e expansão da rede** – 1 unidade;
3. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band** – 4 unidades;
4. **Pontos de Acesso MIMO Dual Band** – 3 unidades;
5. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 530 metros;
6. **Canaletas para organização e proteção do cabeamento** – aproximadamente 350 metros;
7. **Nobreak 1800 VA** – 1 unidade;
8. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
9. **Rack 5U** – 2 unidades.

Observação: a solução deverá contemplar a implantação da infraestrutura lógica necessária ao atendimento dos setores instalados na sede administrativa, com fornecimento de equipamentos em comodato, instalação, configuração, testes e suporte técnico.

10.1. SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SEC. URBANISMO E MEIO AMBIENTE





Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso MIMO Dual Band** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 45 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá implantar a solução completa de conectividade, compreendendo link, instalação, ativação, distribuição interna do sinal, cabeamento, materiais e equipamentos necessários.

10.2. SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso MIMO Dual Band** – 2 unidades;
3. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 350 metros;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
6. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a infraestrutura deverá ser suficiente para cobertura e conectividade dos ambientes internos da unidade, com instalação, configuração e pleno funcionamento da rede.

10.3 SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band padrão 802.11ax** – 3 unidades;
3. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band padrão 802.11ac** – 2 unidades;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 420 metros.

Observação: a solução deverá contemplar a instalação e configuração dos equipamentos, com cobertura adequada para os ambientes administrativos da Secretaria.

10.4. ESCOLA MUNICIPAL VANEIDE DE OLIVEIRA

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 2 unidades;
3. **Switch 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
4. **Rack 3U** – 1 unidade;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá prover link, instalação, configuração e distribuição interna da conectividade para atendimento dos ambientes da escola.





10.5. ESCOLA INFANTIL CARROSSEL DOURADO

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band** – 4 unidades;
3. **Switch 24 portas Gigabit Ethernet** – 1 unidade;
4. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 750 metros;
5. **Rack 3U** – 1 unidade;
6. **Nobreak 600 VA** – 1 unidades.

Observação: a solução deverá garantir cobertura estável e eficiente para os ambientes da unidade escolar, inclusive para equipamentos conectados por rede cabeada e sem fio.

10.6. SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 3 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 300 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a implantação deverá assegurar conectividade estável, suporte à operação administrativa e cobertura adequada dos ambientes atendidos.

10.7. UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 320 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a solução deverá atender integralmente a unidade, compreendendo link, cabeamento, instalação, ativação e equipamentos em comodato.

10.8. HOSPITAL DE PEQUENO PORTE

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Pontos de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 3 unidades;
2. **Pontos de Acesso Dual Band/MIMO adicionais** – 4 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 800 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a infraestrutura deverá ser suficiente para os ambientes assistenciais e administrativos do hospital, garantindo estabilidade, cobertura e suporte técnico.

10.9. CENTRO DE FISIOTERAPIA





Link dedicado: 300 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso MIMO Dual Band** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 30 metros;
4. **Rack 3U** – 1 unidade;
5. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá fornecer e instalar a solução completa, incluindo os materiais e equipamentos necessários ao atendimento da unidade.

10.10. ALMOXARIFADO – SAÚDE

Link dedicado: 200 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – metragem a ser definida em vistoria técnica;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: como o texto-base encaminhado não trouxe item específico individualizado para esta unidade, a composição acima foi adequada com base no padrão técnico mínimo exigível para ponto com link de menor porte, devendo a metragem final e os materiais necessários serem definidos em vistoria técnica.

10.11. ALMOXARIFADO – GERAL

Link dedicado: 200 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Ponto de Acesso Dual Band com fonte ou PoE** – 1 unidade;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – metragem a ser definida em vistoria técnica;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: como não houve detalhamento específico no texto-base para esta unidade, a composição foi ajustada segundo o padrão mínimo de atendimento compatível com ponto de 200 MB, sujeita à validação em vistoria técnica.

10.12. CONSELHO TUTELAR

Link dedicado: 200 MB. No texto-base encaminhado, a referência de banda está em 160 megas, mas o TR resumido da contratação indica 200 MB para esta unidade; por isso, prevalece o parâmetro do TR.

Infraestrutura mínima estimada:

1. **Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP** – 1 unidade;
2. **Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band** – 2 unidades;
3. **Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior** – aproximadamente 240 metros;
4. **Nobreak 600 VA** – 1 unidade;
5. **Rack 3U** – 1 unidade.

Observação: a contratada deverá instalar, configurar e entregar a rede plenamente funcional





para atendimento dos ambientes da unidade.

10.13 ESPAÇO DA FEIRA MUNICIPAL

Link dedicado: 500 MB.

Infraestrutura mínima estimada:

1. Roteador Gigabit Ethernet com porta SFP – 1 unidade;
2. Pontos de Acesso Wi-Fi Dual Band com fonte ou PoE – 2 unidades;
3. Switch Gigabit Ethernet – 1 unidade;
4. Cabo de rede UTP Categoria 5e ou superior – aproximadamente 250 metros;
5. Canaletas, conectores, suportes e demais materiais de instalação – conforme necessidade verificada em vistoria técnica;
6. Nobreak 600 VA – 1 unidade;
7. Rack 3U – 1 unidade.

Infraestrutura de atendimento:

- Instalação e configuração dos equipamentos necessários para atendimento dos ambientes do Espaço da Feira Municipal;
- Posicionamento estratégico dos equipamentos para garantir cobertura Wi-Fi eficiente nas áreas internas de atendimento, apoio administrativo e operação;
- Implantação da infraestrutura lógica necessária ao pleno funcionamento da unidade, com distribuição adequada da conectividade para os pontos que forem indicados pela Administração.

Observação: a contratada deverá fornecer link dedicado de 500 MB, realizar a instalação completa da infraestrutura lógica, fornecer os materiais indispensáveis à implantação, disponibilizar os equipamentos em regime de comodato, executar a configuração, ativação, testes, manutenção e suporte técnico continuado, sem ônus adicional para a Administração, em conformidade com o escopo geral já definido no Termo de Referência.

11.14 OBSERVAÇÃO GERAL PARA INSERÇÃO NO ANEXO

Todos os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos em **regime de comodato**, cabendo à contratada sua instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva, substituição em caso de defeito, bem como o fornecimento de cabeamento, conectores, canaletas, suportes, racks, nobreaks e demais materiais indispensáveis à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a Administração, conforme já previsto no Termo de Referência e na pesquisa de preços.

11.15 ESPECIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ÓPTICA (MULTIMODO E MONOMODO)

A solução deverá contemplar o uso de infraestrutura de fibra óptica adequada à finalidade de cada enlace, observando critérios técnicos de desempenho, distância, capacidade e escalabilidade, em conformidade com as boas práticas de engenharia de telecomunicações.

I – Será **obrigatória a utilização de fibra óptica do tipo multimodo (MMF – Multimode Fiber)** para interligações internas (intraedifício), cabeamento estruturado e conexões de curta distância, especialmente em trechos de até aproximadamente 500 metros a 2 km, onde sua aplicação se mostra tecnicamente adequada e economicamente mais eficiente.

II – A fibra multimodo deverá possuir núcleo de 50 µm ou 62,5 µm, compatível com transmissões de alta velocidade (mínimo de 1 Gbps a 10 Gbps), sendo destinada à rede local (LAN), distribuição interna e conexão entre equipamentos dentro das unidades administrativas.





III – Para enlaces de maior distância, interligação entre prédios distintos, unidades remotas, zona rural, backbone municipal ou quaisquer trechos que demandem maior alcance, estabilidade e baixa latência, será **obrigatória a utilização de fibra óptica do tipo monomodo (SMF – Single Mode Fiber)**, apta a suportar longas distâncias e maiores capacidades de transmissão.

IV – A contratada deverá dimensionar e implementar a solução de forma híbrida, quando necessário, combinando adequadamente fibra multimodo e monomodo, de modo a garantir desempenho, eficiência e economicidade, vedada qualquer solução que comprometa a entrega integral da banda contratada.

V – Não será admitida a utilização inadequada de tecnologia óptica que resulte em degradação de sinal, aumento de latência, perda de pacotes ou limitação de desempenho da rede.

VI – A contratada deverá informar, de forma detalhada na proposta e na execução contratual:

- a) o tipo de fibra utilizado em cada trecho (multimodo ou monomodo);
- b) padrões técnicos adotados;
- c) tipo de conectores e transceptores (SFP/SFP+);
- d) margem de perda óptica e parâmetros de funcionamento da rede.

VII – A solução deverá ser compatível com expansão futura de capacidade, garantindo escalabilidade da infraestrutura sem necessidade de substituição integral dos meios físicos.

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Comprovação de Capacidade Técnica:

11.2 Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços/fornecimento de complexidade similar ou superior ao objeto do presente Termo.

11.3 Declaração de Disponibilidade Operacional:

11.3.1 A licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, contendo as seguintes informações:

11.3.1.1.1 Declaração que possui equipe técnica especializada, devidamente qualificada e dimensionada para atender integralmente aos requisitos da licitação, incluindo, no mínimo, 01 (um) profissional com qualificação compatível com a execução do objeto licitado;

11.3.1.1.2 Os chamados da Administração Pública, será observado os seguintes prazos:

11.3.2 Manutenção corretiva na sede do Município: até 02 (duas) horas;

11.3.3 Manutenção corretiva na zona rural: até 06 (seis) horas.

11.4 Registro Institucional:

11.4.1 Apresentação de comprovação de registro da empresa junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, atestando sua regularidade para execução dos serviços previstos na licitação.

11.4.2 Registro Profissional:

11.4.3 Demonstração de regularidade do registro da empresa e de seu responsável técnico junto aos órgãos competentes, conforme aplicável:

11.4.4 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

11.5 Vínculo do Responsável Técnico:





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”

11.5.1 O profissional designado como responsável técnico pela execução do objeto licitado deverá comprovar seu vínculo com a licitante por meio de um dos seguintes documentos:

11.5.2 Contrato social;

11.5.3 Contrato de prestação de serviços;

11.5.4 Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

11.5.5 Serão aceitos como responsáveis técnicos apenas profissionais com formação em Engenharia Elétrica ou Técnico em Telecomunicações.

11.6 Conectividade e Infraestrutura de Backbone

11.6.1 A licitante deverá apresentar documentação comprobatória de que sua infraestrutura de backbone está interligada a, no mínimo, 02 (dois) Sistemas Autônomos (AS - Autonomous Systems) com saídas internacionais, devidamente licenciados pela ANATEL para prestação de serviços SCM, garantindo uma capacidade de banda de saída de, pelo menos, 10 Gbps.

11.6.2 Não serão aceitos documentos com data de validade vencida. Os documentos que não tragam seus prazos de validade expresso, só serão aceitos desde que não ultrapassem o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão;

11.7 No caso de alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte terão prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período (a critério da Administração Pública) da decisão do(a) pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

11.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o Art. 43 da lei complementar 123/2003.

11.9 Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desatender a habilitação pedida quanto a Capacidade Jurídica, Qualificação Técnica ou Qualificação Econômica, estará isso facto inabilitada.

11.10 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado ao Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou instrumentos congêneres, ou propor a revogação deste Pregão.

11.11 Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, fica a critério do Pregoeiro(a) efetuar a consulta no site correspondente, para verificação da sua autenticidade.

12 DAS OBRIGAÇÕES

12.1 Compete ao CONTRATANTE:

12.1.1 Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas neste Estudo;

12.1.2 Aplicar as penalidades cabíveis previstas, se constatadas irregularidades nos serviços prestados, bem como responsabilizar a Contratada por danos que possam ser causados ao Município;

12.1.3 Fiscalizar a realização dos serviços, bem como requisitar, quando necessária, a promoção de medidas para a regularidade da prestação do serviço;

12.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;

12.1.5 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade observada no cumprimento do Contrato;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



12.1.6 A Administração se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços em desacordo com o pactuado entre as partes.

12.1.7 Convocar o classificado em segundo lugar para efetuar o serviço, e assim sucessivamente quanto aos demais classificados, caso a Contratada deixe de executar o serviço no prazo de 02 (dois) dias úteis, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

12.2 Compete à CONTRATADA:

12.2.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com aqueles adjudicados e especificados no neste termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

12.2.2 Atender a ordem de execução de serviços no ato da autorização;

12.2.3 No caso da manutenção corretiva a licitante vencedora deverá atender ao chamado da Administração imediatamente para solucionar os defeitos de funcionamento no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do chamado conforme 6.2.2.

12.2.4 Os serviços estão relacionados à sustentação das atividades das unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Crespo-RO, as diversas Secretarias e seus departamentos, bem como todos os pontos onde a Prefeitura se faça representar;

12.2.4.1 Em se criando novos departamentos a empresa será obrigada a fornecer os serviços nas mesmas condições.

12.2.5 As atividades ocorrerão tanto em ambiente interno da Prefeitura de Rio Crespo-RO, como em ambiente externo, nas diversas Secretarias e seus departamentos, bem como em todos os pontos onde a Prefeitura se faça representar.

12.2.6 O prestador dos serviços deverá disponibilizar a quantidade de técnicos necessária para atender aos chamados da Prefeitura de Rio Crespo-RO no prazo estipulado, devendo indicar como responsável técnico, no mínimo, 01 (um) profissional especializado.

12.2.7 Caso o prestador dos serviços não restabelecer o pleno funcionamento do equipamento no local de instalação, deverá imediatamente, substituí-lo às suas expensas, por outro equipamento reserva de características idênticas (ou superiores) às do equipamento retirado. Caso não seja cumprido tal quesito, estará sujeito às sanções;

12.2.8 O período que o equipamento originalmente instalado estiver sofrendo reparos não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos;

12.2.9 Caso a licitante vencedora deixe de executar o serviço no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Administração convocará o classificado em segundo lugar para efetuar o serviço, e assim sucessivamente quanto aos demais classificados, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis;

12.2.10 Os serviços deverão ser executados conforme solicitações dos órgãos de cada Secretaria responsável;

12.2.11 A Contratada deverá apresentar RELATÓRIO MENSAL, que conterà pelo menos as seguintes informações:

12.2.12 relação dos circuitos, velocidade e endereços de instalação;

12.2.13 operações de manutenção realizadas se houver;

12.2.14 especificações dos componentes substituídos, se houver;

12.2.15 outros serviços realizados inclusive manutenção preventiva, se houver;

12.2.16 nome, CPF e assinatura do técnico responsável.

12.2.17 A licitante vencedora ficará obrigada a atender as solicitações efetuadas dentro do prazo legal e prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolva independente de solicitação;

12.2.18 Manter, por si, por seus propostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à agendas dos servidores da CONTRATANTE;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



12.2.19 Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução dos serviços de sua responsabilidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato;

12.2.20 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a CONTRATANTE;

12.2.21 A contratação de empregados pela CONTRATADA é de sua inteira responsabilidade; sendo que se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará a CONTRATANTE das importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento;

12.2.22 A CONTRATADA se obriga a confiar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, a profissionais especializados e habilitados por ela devidamente selecionados.

12.2.23 Os funcionários ficarão para todos os efeitos legais e administrativos, sob a responsabilidade da CONTRATADA, a quem cabe responder pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.

12.2.24 Os funcionários deverão ser devidamente treinados para execução dos serviços contratados, bem como uniformizados e identificados através de crachás que deverão estar em lugar visível acima da linha da cintura.

12.2.25 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

12.2.26 A CONTRATADA ficará obrigada a atender as solicitações efetuadas dentro do prazo legal e prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolva independente de solicitação;

12.2.27 A CONTRATADA deverá manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.28 Em todos os casos de prestação de serviços aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;

12.2.29 Todas as despesas relativas à execução do serviço e respectivas adaptações bem como salário dos profissionais alocados e seus encargos trabalhistas; deslocamentos dos profissionais e despesas com alimentação e estadia; impostos e demais encargos fiscais; taxas e encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas incidentes; provimento e estoque de equipamentos que substituirão temporariamente aqueles em manutenção; margem de lucro e demais dispêndios correrão por conta única e exclusiva da empresa contratada.

12.2.30 O preço a ser oferecido mensalmente deverá ser elaborado considerando todas as disposições contidas neste termo.

13 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



13.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.5 A execução do contrato/ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato conforme decreto nº 129 de 17 de junho de 2024, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117 caput](#)), legalmente designados.

13.6 O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato/ARP, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

14.1 RECEBIMENTO DO OBJETO:

14.2 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.2.1 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.2.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.2.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.2.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.3 DO PAGAMENTO:

14.3.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

14.3.2 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

14.3.2.1 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens solicitados e entregues na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

14.3.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;





14.3.2.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.3.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei. Certidão Negativa ou Positiva (com efeito suspensivo) de Débitos Gerais, o município que não prover da certidão de débitos gerais, o licitante deverá apresentar certidão negativa de débitos imobiliários e mobiliário.

14.3.3 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

14.3.4 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

15 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, modo de disputa ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

15.1 DA PROPOSTA DO FORNECEDOR:

A proposta comercial deverá ser apresentada de forma clara, completa e detalhada, contemplando **planilha de composição de custos e formação de preços**, em conformidade com o objeto licitado, de modo a permitir a análise da exequibilidade, da compatibilidade dos preços ofertados e da adequada composição do valor global da contratação.

A proposta deverá contemplar, obrigatoriamente, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à instalação, implantação, fornecimento de materiais, cabeamento, equipamentos em comodato, deslocamento, mão de obra, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, ferramentas, testes, configurações e demais despesas diretas e indiretas. A pesquisa de preços do processo já orienta que os valores informados devem englobar todos esses custos.

A licitante deverá apresentar a proposta acompanhada de **planilha detalhada**, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, correspondente ao preço total ofertado para a execução integral do objeto;

II – VALORES POR SETOR/UNIDADE, com discriminação individualizada dos locais de instalação e prestação dos serviços, contendo, no mínimo:

- identificação do setor/unidade;
- velocidade do link a ser disponibilizado;
- valor mensal por unidade;
- valor total por unidade, considerado o período contratual, quando aplicável;

III – CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO, segregados dos custos mensais da prestação continuada, compreendendo, quando houver:

- instalação inicial;
- ativação dos links;
- configuração da rede;
- testes e validações;
- adequações técnicas necessárias ao funcionamento da solução;

IV – CUSTOS DE FORNECIMENTO DE CABOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO, com discriminação dos materiais que compõem a solução, tais como:

- cabos de rede;
- cabos de fibra óptica;
- conectores;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



- tomadas, espelhos, caixas e organizadores;
- patch cords;
- patch panels;
- racks;
- canaletas, eletrodutos, suportes e insumos correlatos;
- demais materiais indispensáveis à implantação da infraestrutura;

V – EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO, com indicação individualizada, no mínimo, de:

- descrição do equipamento;
- marca e modelo, quando aplicável;
- quantitativo;
- setor/unidade de instalação;
- finalidade de uso na solução;
- informação expressa de que o fornecimento ocorrerá em regime de comodato, sem transferência de propriedade à Administração;

VI – CUSTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONITORAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS ACESSÓRIOS, quando integrantes da composição do preço ofertado.

A planilha deverá guardar compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento de infraestrutura de rede, cabeamento estruturado, instalação completa, manutenção e disponibilização de equipamentos em comodato. O TR e a pesquisa de preços já descrevem expressamente esses componentes como integrantes da solução contratada.

A ausência de detalhamento mínimo da composição de custos, a omissão de valores relevantes para execução do objeto ou a apresentação de planilha incompatível com as exigências deste Termo de Referência poderá ensejar diligência, desclassificação da proposta ou adoção das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação aplicável.

11 16 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

A administração opta por não divulgar os valores referenciais. O sigilo do valor de referência é um auxiliar útil à Administração na busca pela proposta mais vantajosa, visto que, a depender da concorrência existente em razão do objeto, eventual divulgação poderia fazer o licitante se restringir a obedecer ao limite estabelecido, afastando eventual negociação efetivamente proveitosa. Assim, a ânsia em maximizar a obtenção de oferta mais proveitosa justifica, por si só, que a informação quede restrita aos autos do processo administrativo, em anexo complementar, conforme possibilita o art. 24 da Lei 14.133/2021.

Destarte, a divulgação do orçamento pode comprometer uma das finalidades do procedimento licitatório, a seleção da proposta mais vantajosa, de modo que a avaliação dos princípios administrativos incutidos no certame de faça necessária, em especial quando de eventual requerimento de divulgação.

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício de acordo com os participantes do Procedimento de Pregão Eletrônico, Recursos estes informados no anexo do Documento de Formalização de Demanda de cada Secretaria.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



Rio Crespo-RO, de março de 2026

ASSINATURAS Responsável:

Mari Gavioli - Cargo: Superintendente de Licitações Autoridade Requisitante:

RENATA NUNES ROMÃO - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

JOAO BATISTA JOSE NORBERTO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
TRANSPORTES

EDERSON PEREIRA DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUN. DE SERV. URBANOS E MEIO
AMBIENTE

EDELSON SOARES DA SILVA - SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER

EDNA APARECIDA DE MORAES - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL

EDSON DA APARECIDA DIAS - CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

LAXÇANDO DIAS - SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



MODELO MÍNIMO DE PLANILHA A SER APRESENTADA PELA LICITANTE:

| ITEM | SETOR / UNIDADE | LINK / BANDA | VALOR DE INSTALAÇÃO / IMPLANTAÇÃO | VALOR DE CABOS E MATERIAIS | EQUIPAMENTOS EM COMODATO | VALOR MENSAL DO SERVIÇO | VALOR TOTAL |
|---------------------|----------------------------------------|--------------|-----------------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| 1 | Sede Prefeitura Municipal | 1 GB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 2 | Sec. Obras / Urbanismo / Meio Ambiente | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3 | CRAS | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 4 | Sec. Educação | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 5 | Escola Mun. Vaneide de Oliveira | 1 GB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6 | Escola Infantil Carrossel Dourado | 1 GB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 7 | Sec. Saúde | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 8 | Unidade Básica de Saúde | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 9 | Hospital de Pequeno Porte | 500 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 10 | Centro de Fisioterapia | 300 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 11 | Almoxarifado – Saúde | 200 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12 | Conselho Tutelar | 200 MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 13 | Espaço da Feira Municipal | 500MB | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ | |

DECLARAÇÃO DA LICITANTE:

Declaramos que os valores constantes da proposta e da planilha de composição de custos contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive instalação, cabeamento, materiais, equipamentos em comodato, transporte, deslocamento, tributos, encargos, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituições, testes, configurações e demais





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento”



despesas correlatas, nada mais podendo ser pleiteado posteriormente a esse título.

Rio Crespo 28 de abril de 2026.





Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento | Identificação/Número | Data |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Termo de Referência | TERMO DE REFERENCIA | 28/04/2026 |
| ID: 161266 | | Processo |
| CRC: DE2CC313 | | Documento |
| Processo: 1-426/2025 | |  |
| Usuário: MARI GAVIOLI | |  |
| Criação: 28/04/2026 11:24:04 | Finalização: 28/04/2026 11:32:52 | |
| MD5: 45058F769B07A16AEA4694DBE2227F68 | | |
| SHA256: C85E7A43C1D39B77996055D9DC6F293A41DBE56A689C9017126EA2CC273693CA | | |

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA









INTERESSADOS

TODAS SECRETARIAS 28/04/2026 11:24:04

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONECTIVIDADE DE INTERNET, 28/04/2026 11:24:04

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------------------|---------------------|
|  | MARI GAVIOLI | AGENTE ADMINISTRATIVO | 28/04/2026 11:33:07 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | RENATA NUNES ROMAO | SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 28/04/2026 11:48:36 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | JOAO BATISTA JOSE NORBERTO | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES | 28/04/2026 12:20:42 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | EDSON DA APARECIDA DIAS | CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO | 28/04/2026 12:29:30 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | LAXÇANDO DIAS | SECRETARIO DE SAUDE | 28/04/2026 13:01:31 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | EDERSON PEREIRA DE CAMPOS | SECRETÁRIO MUN. DE SERV. URBANOS E MEIO AMBIENTE | 28/04/2026 13:39:33 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | EDELSON SOARES DA SILVA | SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER | 28/04/2026 15:26:58 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |
|  | EDNA APARECIDA DE MORAES | SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 29/04/2026 07:56:11 |
| Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021. | | | |



Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41

Av. Joaquim Pedro Sobrinho

www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 161266 e o CRC DE2CC313.